

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 2).

Ênfase

5. Em Julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”) um tratado de resseguro proporcional (“Contrato”), no âmbito do qual ressegurou, desde 1 de Abril de 2012, a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de Junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco (“Carteira”). Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 Euros, equivalente à estimativa do valor actual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prémios futuros. O Conselho de Administração da Companhia, por considerar que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados a essa Carteira e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, e tendo também em conta que os custos estimados de gestão da Carteira ressegurada são imputados ao Ressegurador, elegeu como política contabilística a adoptar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro”. Na sequência desta operação, a Companhia reconheceu ainda custos de 19.800.000 Euros correspondentes à estimativa dos encargos a incorrer com o cancelamento de tratados de resseguro existentes anteriormente (Nota 10).

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira de 2012 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Relatório sobre a
estrutura e Práticas
de governo societário

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

(SANTANDER TOTTA SEGUROS)

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais

1. O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indirectamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

2. As acções representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das acções nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
4. Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única accionista, inexistem, consequentemente quaisquer acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 3º, nº 1 do Dec-Lei nº 225/2008, de 20 de Novembro, com referência ao artº 2º, al. G) mesmo diploma e ao art. 278º, nº 1, al. A) do Código das Sociedades Comerciais.

Ao abrigo do Estatuto da Sociedade o Conselho de Administração designou uma Comissão Executiva, na qual estão delegados os poderes correntes de gestão.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

7. As principais áreas organizacionais da Seguradora são:

- Técnica e de Gestão de Riscos - Assegura: a criação, a concepção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Seguradora, bem como promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios definidos pela Divisão Global de Seguros do Santander e Instituto de Seguros de Portugal. Também tem a responsabilidade da preparação da informação de gestão da Seguradora;
- Produtos - Área que tem como objectivo assegurar a concepção de Produtos de Seguro, desenho, parametrização, documentação e implementação, em articulação com as áreas do Banco Santander Totta (BST);
- Comercial - Promove a dinamização comercial junto da Rede, de produtos e de campanhas. Articula com as diversas Direcções do BST, o estabelecimento de objectivos, planos de incentivos e campanhas e promove o seguimento do cumprimento dos mesmos. Assegura a difusão de melhores práticas ao nível da rede comercial do BST com vista à prossecução dos objectivos negociados e da melhoria das assimetrias;
- Financeira - Assegura a fiabilidade contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos e os reportes às entidades reguladoras. Assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental, bem como a gestão de cobranças;
- Operacional - Nesta área é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco e gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja é efectuada toda a actividade operativa desenvolvida no Segurador;
- Controlo Interno - Coordena e promove a actualização permanente do Modelo de Controlo Interno (MCI) por mudanças organizativas, tecnológicas, normativas, novos produtos ou negócios, quer de acordo com os padrões previstos na Lei Sarbanes-Oxley (SOX) quer de acordo com os definidos pela Divisão Global de Seguros do Grupo Santander e pelo Instituto de Seguros de Portugal. Analisa e valoriza as incidências detectadas e efectua o seguimento dos planos de acção para a resolução das mesmas. Assegura o controlo interno dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez;
- Qualidade - Promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações.
- Clientes e Segmentos - Analisa e segmenta os Clientes com base nas suas necessidades, motivações de compra e valor ou potencial de rentabilidade, desenha acções, campanhas de marketing e planos de Acção Comercial para incrementar o valor do negócio, através de estratégias de captação, fidelização, retenção ou migração dos clientes para patamares adequados de rentabilidade. Define a estratégia de Marketing e de Comunicação com Clientes. Desenvolve e implementa estratégias de Retenção dos Clientes e Planos de Boa

Venda, em articulação com as áreas de Qualidade e Comercial da Santander Totta Seguros, de forma a minimizar as anulações e reclamações dos Clientes.

8. *O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores*

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a actividade da companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções.

Comité de Direcção

Assegura a coordenação e dinamização da cooperação entre os vários serviços com competências em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, procedendo ao seguimento e monitorização da actividade global da Companhia.

Comité de Compliance

Procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efectivação das recomendações que daí sejam provenientes.

Comité de Investimentos

Gerir e monitorizar riscos de mercado e liquidez, promover estratégias de hedging, decidir posicionamentos estratégicos, de modo a otimizar a gestão financeira e a rentabilidade dos capitais próprios.

Comité de Controlo Interno

Controlar o cumprimento dos limites de exposição a cada risco.

Monitorar o cumprimento do normativo interno e externo.

Identificar falhas no modelo de controlo e propor acções correctivas.

Comité de Qualidade

Análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identificar pontos de melhoria, bem como estabelecer Projectos de Melhoria de Qualidade e promover o seu seguimento.

Comité de Risco Tecnológico e Operacional

Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

9.A STS cumpre a norma 14/2005-R de 29/11/2005 do ISP relativa aos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno das Empresas de Seguros.

O Conselho de Administração é o responsável máximo da Gestão de Riscos na Santander Totta Seguros. As suas responsabilidades nesta matéria são as seguintes:

- Definir a estratégia global de riscos tendo em conta a evolução dos negócios e os objectivos de rentabilidade desejados que são orientados de acordo com o binómio risco / rentabilidade;
- Definir o apetite pelo risco mediante o estabelecimento de níveis de solvência objectivos;
- Definir a estratégia de investimentos e a política referente à disposição e apetite pelo risco da mesma para a tomada de posições no mercado dos seus investimentos a respeito das suas obrigações de passivo a cada momento;

- Aprovar as diversas políticas de Gestão de Riscos e garantir a sua adequação às actividades desenvolvidas.

O Conselho de Administração deve sempre assegurar uma adequada organização dedicada à gestão de riscos transversal a toda a organização e assegurar que esta se encontra dotada com suficientes e apropriados recursos.

O Gabinete de Gestão de Riscos é responsável pelo desenvolvimento e seguimento da Política de Gestão de Riscos.

Os objectivos da Gestão de Riscos da STS são os seguintes:

- Assegurar a continuidade do negócio da STS: O risco é um factor intrínseco ao negócio segurador, por via dos riscos intermediados, riscos financeiros, riscos biométricos e pelos riscos latentes nas operações (risco operacional). É de vital importância o estabelecimento de uma política de Gestão de Riscos adequada, transversal a todos os processos e estruturas da organização, de forma a permitir realizar a utilização eficiente do Capital Económico com base no binómio risco / rentabilidade.

- Apoiar o processo de tomada de decisões a nível estratégico: encontra-se em implementação a normativa relativa à Solvência II, que permite a medição dos requisitos de Capital Económico com distintos níveis de agregação, mostrando os efeitos da diversificação entre os diferentes negócios, permitindo a tomada de decisões estratégicas em termos de risco e rentabilidade.

A política de riscos permite também:

- Construção eficaz do processo de criação de valor e optimização do uso do capital e sua rentabilidade: Nas actividades desenvolvidas estão implícitos riscos que não oferecem qualquer retorno, como é o caso dos riscos operacionais, os quais requerem práticas de mitigação eficientes.

- Assegurar a integridade da gestão de riscos nas nossas actividades e melhorar a eficiência mediante o estabelecimento e a monitorização de uma política de Gestão de Riscos.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de Riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, o Grupo procedeu à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum a todas as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A STS, à semelhança do Banco Santander Totta e do Grupo Santander, procedeu à adaptação do seu Modelo de Controlo Interno (MCI) às exigências das Directivas Europeias de Solvência e da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), norma que a Securities Exchange Commission (SEC) tornou obrigatória para as entidades cotadas nos Estados Unidos e que é das mais exigentes ao nível dos requisitos de um adequado e fiável Modelo de Controlo Interno.

O Gabinete de Controlo Interno e o Gabinete de Qualidade asseguram que as actividades de negócio estão a ser desenvolvidas em conformidade com os standards definidos no Modelo de Controlo Interno.

Este modelo exige uma completa documentação dos processos operacionais, com a descrição detalhada desde o início destes até ao registo do reflexo contabilístico, e a sua permanente actualização. No Modelo de Controlo Interno promove-se um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais.

Em particular no que concerne à preparação e divulgação da informação financeira em ambiente de controlo interno financeiro prossegue-se ao estabelecimento e à promoção de uma atitude colectiva de forma a atingir um efectivo controlo interno dos estados financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras credíveis.

O Departamento Financeiro é responsável pela preparação e divulgação da informação financeira. Este departamento acompanha o lançamento de novos produtos, as alterações dos normativos financeiros e contabilísticos e a publicação de novas normas.

Na preparação da informação financeira o departamento em conjunto com outras áreas da companhia tem implementado diversos procedimentos de controlo, nomeadamente, controlos de carteiras diários, processos de reconciliação de contas manuais e análise da informação financeira e de gestão.

Mensalmente são preparados reportes de informação financeira que servem de base para a elaboração de relatórios internos que são analisados pela Comissão Executiva do Grupo.

Anualmente é elaborado um relatório sobre o Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno, o qual contempla uma descrição detalhada do acompanhamento efectuado pela função de gestão de riscos e pela função de auditoria interna no decurso do exercício a que se reporta o relatório, identificando as principais falhas e/ou fragilidades detectadas e as medidas tomadas no sentido de melhorar os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno implementados.

A implementação e efectiva aplicação das estratégias, políticas e processos identificados que formalizam os princípios de gestão de riscos e controlo interno da empresa de seguros devem ser objecto de apreciação por um revisor oficial de contas no âmbito dos trabalhos efectuados para a elaboração do relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial das empresas de seguros. Neste relatório o revisor oficial de contas inclui um parecer sobre a adequação dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, referindo eventuais falhas e/ou fragilidades detectadas e medidas tomadas no sentido de melhorar os sistemas implementados.

10. Função de Cumprimento

A sociedade tem organizada, de modo autónomo, a função de cumprimento, através da qual procede ao seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento é exercida de forma partilhada com as demais entidades que integram o Grupo que, em Portugal, é directa ou indirectamente dominado pela sociedade Santander Totta SGPS, SA, e está corporizada na Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC) estruturalmente sediada no Banco Santander Totta. O responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, que reporta directa e exclusivamente à Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros do Banco Santander Totta e se encontra, exclusivamente, afecto ao exercício das funções transversais cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director;
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade da sociedade que solicite ou de que careça, bem como às suas instalações e equipamentos;
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;

- A sociedade dispõe de um Código Geral de Conduta e de um Código de Conduta na Relação com os Clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses.
- Estão instituídas políticas e procedimentos específicos para aprovação e comercialização de produtos, que visam garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que esta opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento. Do mesmo modo, e no quadro dos procedimentos estabelecidos, procede-se também ao seguimento das incidências relevantes detectadas na comercialização dos produtos, em ordem a avaliar o seu significado e, sendo o caso, introduzir medidas de superação ou mesmo decidir a suspensão ou termo da comercialização se as circunstâncias o justificarem.

Sem prejuízo de outros procedimentos, o exercício da função concretiza-se de forma particularmente intensa através do Comité de Compliance, que reúne regularmente em base mensal, e que procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento.

O Comité é presidido pelo Director de Cumprimento, nele participando a Administração da sociedade e diversas das suas áreas e também diversas áreas de controlo, auditoria e assessoria com competência transversal a todo o Grupo de sociedades acima identificadas, incluindo, consequentemente, a própria Seguradora.

.

Para além de diversas atribuições, o Comité promove, designadamente, a superação de incidências ou deficiências que se verifiquem, determinando ou propondo, conforme os casos, as medidas julgadas adequadas para o efeito e impulsiona e controla a efectivação das recomendações com origem nas entidades de supervisão e auditorias externa e interna.

Do mesmo modo acompanha o risco reputacional dos produtos que se comercializam.

11. Função de Auditoria

A função de Auditoria Interna está corporizada na Direcção de Auditoria

A Auditoria Interna tem como missão supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, bem como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística, actuando com independência e de forma permanente.

Os estatutos orgânicos de Auditoria Interna encontram-se aprovados pela Comissão Executiva do Banco Santander Totta e publicados, conferindo a autoridade ao desempenho da função de auditoria, salvaguardando a necessária objectividade e independência relativamente às restantes áreas funcionais.

Mantém a Administração regularmente informada das conclusões do seu trabalho, proporcionando informação sobre os principais aspectos detectados que, de algum modo, possam pôr em causa o sistema de controlo interno existente, com detalhe das principais recomendações e seu adequado seguimento.

A política e funções da Auditoria Interna englobam-se numa perspectiva conjunta para todo o Grupo.

As funções básicas da Auditoria Interna são:

- Supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística. Para tal, verifica que os riscos inerentes à actividade do Grupo estão adequadamente cobertos, em particular, os riscos contabilístico, de mercado (que inclui risco de taxa de juro e de câmbio), estrutural de balanço (que inclui o risco de liquidez), de crédito, tecnológico, operativo, (incluindo o adequado arranque dos produtos), de branqueamento de capitais, regulatório e reputacional;

- Verificar que as Unidades responsáveis por exercer os controlos sobre os Riscos cumprem com as suas responsabilidades e respeitam as políticas determinadas pela Administração, os procedimentos e a normativa interna e externa que sejam aplicáveis. Do mesmo modo, analisa a estrutura organizativa das mesmas e o adequado uso dos recursos humanos e meios materiais afectos;
- Efectuar investigações especiais, tanto por iniciativa própria como por solicitação da Administração;
- Realizar todos os relatórios das unidades auditadas e comunicar-lhes as recomendações emitidas como resultado das auditorias, estabelecendo um calendário de implementação e realizar um seguimento para verificar a implementação de tais recomendações.

O responsável pela função de auditoria interna é nomeado pela Administração do Banco Santander Totta, que lhe confere todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 28 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito e Riscos Operativos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

A Matriz de Riscos prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai.

Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último “rating” obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as Unidades do Universo são classificadas em Prioritárias, Preocupantes, A Vigiar, Normais e Não Preocupantes. Entre os requisitos Regulatórios, realizar revisões do projecto Basileia II e DMIF, e seguimentos mensais das sociedades off-shore. Adicionalmente as revisões das unidades incluem a análise e verificação dos processos SOX.

Política de remunerações
dos membros dos órgãos
de administração e de
fiscalização

I. Política de Remuneração para 2012

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 29 de Março de 2012 aprovou a declaração de política de remunerações a seguir exposta.

ACTA

DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS

DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA S.A.

Aos vinte e seis dias de Março de 2012, pelas quatorze horas, reuniu na sua sede social sita na Rua da Mesquita, n.º 6, em Lisboa, a Comissão de Vencimentos da Santander Totta, Companhia de Seguros de Vida S.A., estando presentes neste local o Senhor Dr. Pedro Aires Coruche Castro e Almeida e a Senhora Dra. Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

- ponto único: Aprovação da Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais para o ano de 2012.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da sociedade.

Neste contexto, a Comissão de Vencimentos delibera por unanimidade aprovar a Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais para o ano de 2012, anexa à presente acta, que será submetida a discussão e aprovação na próxima Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente Acta para que conste, que vai por todos ser assinada.

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE
ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO
DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE
VIDA, S.A.**

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para um mandato de 3 anos na reunião da Assembleia Geral de 31 de Março de 2010, tendo actualmente a seguinte composição:

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida;
Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

A política remuneratória da Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém directa ou indirectamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de acções indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao accionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência

- com os objectivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
 - d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
 - e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos que em síntese é o seguinte:
 - (i.) O Presidente da Comissão Executiva é avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Responsável da área Corporativa de Seguros de Espanha;
 - (ii.) O outro administrador executivo é avaliado pelo Presidente da Comissão Executiva da Sociedade;
- c) Os administradores não executivos não auferem qualquer remuneração na Sociedade, que inclui o Presidente do Conselho de Administração não são objecto de avaliação específica pelo exercício dessas funções; são-no, em termos globais, no conjunto das funções exercidas no grupo e concretamente nas sociedades onde desempenham funções executivas de qualquer natureza;